

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA ACOMPANHAMENTO EM BRASÍLIA

ANO II - Nº 29
SÃO PAULO, 03 DE NOVEMBRO DE 2011

I – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O Ministério Público de São Paulo sediou no último dia 14 de outubro seminário promovido pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, e que teve como objeto a recém-criada subcomissão para revisão dos crimes e penas previstos no Código Penal e legislação penal especial.

O seminário foi presidido pelo relator da subcomissão, o Deputado Federal Alessandro Molon (PT/RJ), e participaram membros do Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, juízes e advogados. Na ocasião o Procurador Geral de Justiça Fernando Grella Vieira indicou os Promotores de Justiça Alexandre Rocha Almeida de Moraes e André Estefam de Araújo Lima para integrarem o grupo de trabalho criado para auxiliar a mencionada subcomissão.

II – SENADO FEDERAL

1. Relatório preliminar não prevê recursos para atender reivindicações salariais do Judiciário

O relatório preliminar a ser votado na próxima terça-feira (1º) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), procura evitar "qualquer decisão de grande impacto no Orçamento de 2012 e na vida nacional", conforme o relator-geral da matéria, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Ele fez a afirmação ao comentar as reivindicações salariais defendidas por diversas categorias do funcionalismo.

Em seu relatório, Chinaglia diz que até agora não foi possível compatibilizar as várias posições sobre o tema. Isso fez com que ele evitasse no texto qualquer decisão de impacto no que se refere à alocação de recursos para a reestruturação de carreiras profissionais. O relator declara ter o objetivo de recolher várias emendas e opiniões, além de negociar exaustivamente para que haja uma decisão coletiva sobre os vários temas do Orçamento.

2. Subcomissão de Segurança Pública voltará a debater combate à lavagem de dinheiro

O retorno ao Senado de projeto de lei ([PLS 209/03](#)), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que amplia a atuação do Conselho de Controle da Atividade Financeira (Coaf) no combate à lavagem de dinheiro, poderá reabrir os trabalhos da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com Valadares, a CCJ voltará a se debruçar sobre o assunto pelo fato de a Câmara dos Deputados ter aprovado, nesta terça-feira (25), mudanças ao PLS 209/03. O presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), se comprometeu a colocar a matéria em pauta tão logo chegue ao Senado, por sua importância "no resgate da moralidade".

3. Consumidor poderá passar a contar com internet para denúncias a órgãos de defesa

A internet pode passar a ser mais um canal formal para uso dos consumidores nas denúncias e representações junto aos órgãos de defesa e fiscalização. A facilidade é prevista em projeto ([PLS 450/11](#)) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) nesta quarta-feira (26).

4. Senado aprova criação da Comissão da Verdade; texto vai à sanção

Em votação simbólica nesta quarta-feira (26), por unanimidade, o Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) [88/2011](#), que cria a Comissão Nacional da Verdade. De acordo com a proposta, a comissão deverá examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 até a data da promulgação da Constituição de 1988, com o objetivo de "garantir o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional". A matéria vai à sanção presidencial.

III – CÂMARA DOS DEPUTADOS

5. Relator do CPC quer procedimento especial para causas de família

O relator do novo Código de Processo Civil (PL [8046/10](#)), Sérgio Barradas Carneiro, disse nesta quarta-feira que pretende tornar procedimento especial a tramitação de causas de Direito de Família. A parte especial do novo Código foi tema de audiência pública nesta quarta-feira na [comissão especial](#) do novo CPC.

6. Projeto prevê infiltração de policiais na internet para investigar pedófilos

A Câmara analisa o Projeto de Lei 1404/11, do Senado Federal, que permite a infiltração de agentes policiais na internet para investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. A proposta, elaborada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, acrescenta artigo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei [8.069/90](#)).

7. PEC 102/2011: altera a Constituição Federal para incluir as Carreiras dos Defensores Públicos e dos Delegados de Polícia no Quinto Constitucional.

8. Comissão aprova sugestão de PEC para instituir benefício a vítimas de violência

A Comissão de Legislação Participativa aprovou na terça-feira (25) sugestão (173/09) do Movimento de Cursilhos de Cristandade do Brasil de elaboração de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para instituir salário-assistência às vítimas ou às famílias das vítimas de atos violentos, cometidos de forma dolosa ou culposa.

9. Câmara aprova endurecimento da lei de combate à lavagem de dinheiro

Texto aumenta o rol de operações fiscalizadas, acaba com a necessidade de comprovação de crime antecedente e eleva o valor das multas aplicadas a quem não prestar informações (Projeto de Lei 3443/08). O projeto retorna ao Senado.

“A denúncia por lavagem de dinheiro passa a ser completamente independente de crimes antecedentes. Essa é a terceira geração das leis de combate a essa atividade”, afirmou o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), relator da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

A redação aprovada pela Câmara revoga da lei a proibição de conceder-se fiança ou liberdade provisória aos indiciados por esse crime.

Para evitar a deterioração de bens apreendidos enquanto durar o processo judicial sobre lavagem de dinheiro, o Projeto de Lei 3443/08 permite a alienação antecipada.

O lance mínimo da venda, em pregão ou leilão, deverá ser de 75% da avaliação do bem, e o dinheiro obtido será depositado na conta única do Estado ou do Tesouro Nacional, se o processo for federal. Todos os tributos e multas incidentes sobre o bem alienado serão deduzidos.

O projeto determina a adoção de novas práticas de controle interno por parte de pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades bancárias, de corretagem de valores ou de câmbio, por exemplo.

Além de se cadastrarem perante a autoridade fiscalizadora, terão de comunicar a não ocorrência de transações suspeitas. Atualmente, é obrigatório comunicar aquelas consideradas suspeitas, segundo parâmetros definidos pelo Conselho de Controle da Atividade Financeira (Coaf).

Outro ponto retirado do projeto pela emenda aprovada foi aquele que concedia à polícia e ao Ministério Público acesso aos dados do investigado sobre sua qualificação profissional, filiação e endereço independentemente de autorização judicial. Os deputados consideraram que essa abertura feria o princípio do sigilo.

IV - CNMP

10. CNMP suspende permuta entre promotores de SC

O Conselho Nacional do Ministério Público concedeu liminar nesta terça-feira (25) suspendendo a permuta realizada por promotores de justiça do MP de Santa Catarina, ocorrida em setembro deste ano. O conselheiro Almino Afonso, relator do processo, entendeu que o fato de Felipe Martins Azevedo, que atuava na comarca de Florianópolis, e Vânia Lúcia Sangalli, promovida para a comarca de Blumenau, serem casados entre si e terem trocado de cidade de atuação alterou também o posicionamento de antiguidade na lista de promoção da carreira.